

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 202/203

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 051ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Zuk.

Às dezessete horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Dúflio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE ((Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata sa sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

38 Srs. Deputados responderam a chamada.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência na votação do Projeto de Lei nº 606/99, oriundo da Mensagem Governamental nº 023/99, Item 02 da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2827

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário respeitosamente, REQUEREM, destaque de discussão e votação para as Emendas nº 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 424/99.

Nestes termos pedem deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tem sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação em bloco das emendas de Plenário apresentadas no Projeto de Lei nº 424/99.

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) BETO RICHÁ

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando preferência na votação do Projeto de Lei nº 606/99, oriundo da Mensagem Governamental nº 023/99, da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

A Mesa pretende orientar o Plenário e lamentar ao Plenário algumas inutilizações de projetos que, devido à rapidez de confecção da Ordem do Dia, alguns projetos constaram indevidamente na pauta.

Estamos votando preferência de votação.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 606/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/99, que altera a Redação da Lei nº 11.280, de 28 de dezembro de 1995. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 606/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º, do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-lhe o § 8º:

“§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto resultar em

montante inferior a 40 UFIR terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a UFIR do mês de vencimento do imposto, excetuado o disposto no § 8º.

§ 8º - As aeronaves com mais de vinte anos de fabricação terão a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado.”

Alteração 2ª - Os incisos I e III e os §§ 2º e 3º do art. 11 passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - no mês de fevereiro de 2000, nas datas fixadas em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - nas hipóteses das alíneas “a”, “b”, “c” do § 1º do art. 2º, o IPVA deverá ser pago no prazo de até trinta dias da data de aquisição, do desembarço aduaneiro ou da arrematação em leilão, respectivamente.”

“§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 04 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira, no mês de fevereiro e a última no mês de maio, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 3º - Para pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de:

a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;

b) 05% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

c) 05% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso III deste artigo.”

Alteração 3ª - Ficam revogados o inciso II e o § 4º do art. 11.

Art. 2º - Fica aprovada, nos termos do inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995 a tabela de valores venais para o cálculo do IPVA do exercício do ano 2000, que constitui o anexo único desta lei

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2000, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Peço que V. Exa. registre o voto contrário à redação final, dos Deputados da Bancada de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devidamente registrado.

A Mesa aproveita para dizer à Bancada de Oposição que as Atas são resumidas e solicita ao serviço da Casa que constem integralmente das Atas, as questões de ordem levantadas para registro e aprovadas.

Senhores Deputados, de acordo com o requerimento aprovado, solicitando a inversão da Ordem do Dia, passaremos o restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 634/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a base de cálculo da taxa judiciária e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Votaremos as emendas aprovadas em segunda votação, ao Projeto 634/99, Item 8 da Pauta. Em votação as emendas, a emenda da C.C.J. já aprovada em Plenário, altera o art. 5º do Projeto de Lei nº 634/99. **Aprovada.** Emenda ao Projeto de Lei nº 634/99 em discussão, em votação. **Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, pelo atropelo das votações, temos uma emenda do Deputado Algaci Tulio a este Projeto. Qual a emenda que V. Exa. colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A primeira emenda votada altera o art. 5º do Projeto de Lei nº 634/99. Após esta emenda foi votada uma nova emenda que é a emenda acrescentando a expressão “devolução”. E estamos agora em discussão e votação da emenda de diversos Senhores Deputados, aditiva, que revoga a nota 7 da tabela nova. Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iracema do Oeste, com sede no Município de Iracema do Oeste e foro no Município de Formosa do Oeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 564/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Lar Batista de Nova Londrina, com sede e foro no Município de Nova Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que cria o Núcleo de Educação em Jaguariaíva. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E**

PARECER CONTRÁRIO DA C.E.C.E.. EMENDAS DE PLENÁRIO SEM PARECERES.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 424/99

Inclua-se onde couber:

“Art. ... - O objeto da presente lei será cumprido após análise de conveniência pela Secretaria de Estado da Educação.”

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Antonio Carlos Belinati, Caíto Quintana e duas ilegíveis.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02 PROJETO DE LEI Nº 424/99

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 424/99, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado nos termos do Artigo 1º do Decreto 1221 de 20 de março de 1992, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, a nível de atuação regional, o Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva.”

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, EDGAR BUENO, NEREU MOURA, HERMES FONSECA, PÉRICLES MELLO, LUCIANA RAFAGNIN E ANTONIO ANNIBELLI.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 03 PROJETO DE LEI Nº 424/99

O Artigo 3º do Projeto de Lei nº 424/99, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inserindo no Artigo 1º do Decreto 1221 de 20 de março de 1992, a letra “i”, com a seguinte redação: **(i - Jaguariaíva).**”

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, NEREU MOURA, EDGAR BUENO, HERMES FONSECA, ANTONIO ANNIBELLI E LUCIANA RAFAGNIN.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04 PROJETO DE LEI Nº 424/99

Acrescenta-se ao Art. 1º, do Projeto de Lei nº 424/99, Parágrafo Único com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Parágrafo Único - A implementação da medida prevista no *caput* deste Artigo será realizada após aprovação pela maioria dos professores e funcionários do

núcleo regional de educação de Wenceslau Braz a serem ouvidos em plebiscito, a ser realizado no prazo de até 60 dias após promulgação desta lei.”

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin, Ademir Bier e uma ilegível.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Esta proposição tem por objetivo suprimir a expressão “em substituição àquele referido no artigo 1º, letra “h” do Decreto 1221, de 20 de março de 1992”, do artigo 1º do Projeto de Lei 424/99, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, a nível de atuação regional, o Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva.”

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Edgar Bueno, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ademir Bier, Pastor Edson Praczyk e Péricles Mello.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06 PROJETO DE LEI Nº 424/99

Esta proposição tem por objetivo suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário, especialmente a letra “h”, artigo 1º do Decreto 1221/92”, do artigo 3º do Projeto de Lei nº 424/99, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 14.12.99.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Edgar Bueno, Péricles Mello, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ademir Bier e Pastor Edson Praczyk.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 424/99. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, encaminhado contrário ao requerimento do Deputado Beto Richa para que apreciemos, em bloco, as emendas, até porque, Senhor Presidente, algumas emendas nem parecer ainda receberam e, evidentemente, nem sabemos se deverão ou não ser apreciadas em bloco.

Por exemplo: temos aqui emenda número, 2 e número 3 de autoria nossa e de outros Deputados, que diz o seguinte: “Fica criado nos termos do Art. 1º do Decreto 1221 de 20 de março de 92, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado e da Educação a nível de atuação regional, o Núcleo regional de Educação de Jaguariaíva”.

Quer dizer, aqui estamos propondo a criação desse núcleo. Evidentemente que os artigos outros do projeto de lei do Deputado darão condições para que o governo através de um novo decreto, faça a configuração dos municípios que pertencerão ao núcleo de Jaguariaíva independente de extinguirmos o núcleo de Wenceslau Braz. Permanece Wenceslau Braz e cria Jaguariaíva. E da mesma forma estamos com a Emenda nº 3:

“Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inserido no Art. 1º do Decreto 1221 de 20 de março de 92, a letra i, com a seguinte redação”. Letra “i”: “Jaguariaíva”. Que é, também. Prevendo-se a criação do núcleo regional de ensino de Jaguariaíva. Não temos nada contrário a criação do núcleo regional de educação de Jaguariaíva, a nossa contradição ao projeto do Deputado Beto Richa, é no sentido de que se transferirmos a Sede do Núcleo regional de Educação de Wenceslau Braz para Jaguariaíva, estaremos penalizando a maioria dos municípios daquela região, cujos Prefeitos, professores, alunos, lideranças políticas e comunitárias através de abaixo-assinado, tem manifestado contrariedades a esta transferência.

Em função do aumento inevitável da distância que terão que percorrer os usuários do Núcleo Regional de Educação, caso ele venha a ser transferido para Jaguariaíva.

Então, votamos contrário a este requerimento de que essas emendas sejam discutidas e votadas em bloco, porque cada emenda tem o seu mérito específico e precisam evidentemente ser analisadas de forma individualizada.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sr. Deputado, a Mesa esclarece a V. Exa. de que o requerimento será votado em Plenário, se eventualmente aprovado para a votação em bloco das Emendas, cabe ainda a V. Exa. ou a qualquer Parlamentar pedir para efeito destaque de votação para as Emendas.

Em votação, o requerimento solicitando votação em bloco das Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto 424/99.

Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Peço que V. Exa. proceda a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vai se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e oito Srs. Deputados aprovam.

Senhores. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Treze Senhores Deputados rejeitam.

Está aprovado o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (*Pela Ordem*)

Peço que registre o voto contrário a votação em bloco dos Deputados Pastor Edson Praczyk, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Péricles Mello, Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti, Edgar Bueno, Nereu Moura, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (*Caíto Quintana*)

Devidamente registrado.

Em votação o projeto ressaldadas as Emendas.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, lamentavelmente esta Casa hoje, dá uma demonstração de incoerência porque afinal de contas está aprovando um projeto, que na lógica, na técnica não está analisando o dano que vai provocar ao Núcleo Regional de Educação da Cidade de Wenceslau Braz, o problema que vai causar aos funcionários daquele Núcleo, e além do que desautoriza o prosseguimento que é realizado aqui nesta Assembléia quando projetos que evidentemente dizem respeito às Secretarias de Estado, à Liderança do Governo solicita que cada Secretaria dê o parecer para que o Relator da matéria possa zerar o seu parecer.

E foi nesta condição que este Parlamentar, como Relator na Comissão de Educação desta Assembléia consultou a Secretaria de Educação, recebeu o parecer contrário daquela Secretaria ao Projeto do Deputado Beto Richa.

Não bastando isso ainda, Senhor Presidente, a Comissão de Educação desta Casa que tem levado com muita seriedade a condição de projetos, a análise de Projetos que dizem respeito a área educacional. Esta Comissão votou favoravelmente por unanimidade o parecer, exarado por minha pessoa, contrário também a esse Projeto. Não reconhecendo ainda, este Plenário já em 1ª Discussão não levou em consideração o apelo que fazem os Deputados do Norte Pioneiro que são contrários a essa aprovação. Não reconheceu esta Casa, não considerou também a questão geográfica que mostramos por mapa a cada um dos Senhores Parlamentares, que esta Casa está tirando do Centro do Norte Pioneiro, jogando numa das extremidades este núcleo de educação.

Lamentavelmente, Senhor Presidente, esta Casa toma uma posição política, mas não toma uma posição de direito, uma posição, evidentemente, que não considera sequer um Parecer da Secretaria da Educação, não con-

sidera aquilo que os técnicos daquela Secretaria colocaram para que a Comissão de Educação pudesse exarar o seu parecer.

Lamento, profundamente, Senhor Presidente.

O Deputado Beto Richa se tem um compromisso político com o Prefeito de Jaguariaíva poderia propor a criação do núcleo de Jaguariaíva, acrescendo a ele 2 ou 3 municípios mais próximos, mas não retirando o núcleo regional de Wenceslau Braz, que foi criado por Decreto pelo Secretário até então Secretário de Educação, Pastor Elias Abraão.

Lamentamos profundamente essa posição, esta medida tomada hoje pela Assembléia, que ao mesmo tempo também desautoriza, permite e abre um precedente terrível perante as Comissões. Aqui cada Relator da Bancada Governista, a partir de agora, não se sinta obrigado a respeitar o Parecer de uma Secretaria quando diz se é favorável ou não a um projeto de lei, porque tecnicamente, volto a dizer, o Projeto do Deputado Beto Richa não tem lógica, não tem estrutura de fundamento, não tem uma justificativa palpável que diga: tem que transferir. E quero crer que não seja uma vingança política à Prefeita Carolina, que agora está filiada ao PMDB, e quero dizer que não sou o Deputado daquele município, apenas estou fazendo aqui uma defesa técnica de um Parecer exarado pela Comissão da qual fui o seu Relator.

Quero deixar aqui a minha posição, Senhor Presidente, lamentar profundamente essa decisão e espero que o Governo do Estado saiba como justificar essa transferência perante a opinião pública do Norte Pioneiro. Qual foi a razão, qual foi o motivo que o Governador permite e dá, evidentemente, o direito à Liderança do Governo de liderar a sua Bancada para que vote favoravelmente a um projeto que, tecnicamente, não tem nenhuma fundamentação.

Fica aqui a minha indignação, Senhor Presidente, que como Relator da Comissão de Educação, que tenho procurado me pautar pela orientação da Liderança do Governo, me pautar pela orientação de cada Secretaria que me encaminha o seu parecer, este parecer foi exarado, foi votado por unanimidade pela Comissão de Educação. Estamos todos nós, Deputados, que integram a Comissão de Educação, neste momento, sendo desautorizados num projeto de lei que tem o voto contrário da Comissão de Educação.

Era essa a indignação que queria colocar neste dia, aqui, nesta Casa.

Aos Senhores Parlamentares, nada pessoalmente ao Deputado Beto Richa, mas tudo em relação a questão técnica, geográfica e, inclusive de mérito na questão do Projeto de Wenceslau Braz.

Vai causar uma transferência que vai causar danos a seres humanos que serão demitidos desse núcleo de Wenceslau Braz e vai forçar com que Jaguariaíva que não tem elemento suficiente para que possam ser contratados, para que venham a ser contratados para preencher as

vagas, vão tirar professores de salas de aula, Deputado Orlando Pessuti, vão tirar professores de salas de aula em Jaguariaíva para preencher cargos do Núcleo de Educação. Esta é minha indignação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, sem sombra de dúvidas é uma situação constrangedora você ouvir as palavras do Deputado Algaci Tulio, colocando uma questão técnica, um parecer técnico da Secretaria de Educação e cobrando da liderança do Governo um posicionamento.

Lideramos a Bancada do Governo e estamos votando com o Deputado Beto Richa por uma questão: quero pedir desculpas ao Deputado Algaci Tulio por não concordar com seu encaminhamento porque este núcleo já pertenceu à cidade que agora está sendo transferido, então, é sinal de que este núcleo pode existir na Cidade de Jaguariaíva.

E, o importante para nós, e é por isso que a Bancada do Governo neste momento vota fechado com o Deputado Beto Richa, sem interferência do Líder do Governo, porque é uma questão política, administrativa, onde o Deputado Beto Richa tem ampla margem, com um grande número de votos na região, e quero dizer à VV. Exas. e, o Deputado Annibelli faz parte da região que atuo politicamente, sem sombra de dúvida tenho que aqui respeitar a decisão do Deputado Beto Richa porque ele mereceu a confiança daquela região com a expressiva votação que teve. É por isso que estamos votando com os argumentos e o procedimento do Deputado Beto Richa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de dizer que constrangedor, Deputado Valdir Rossoni, é ouvir a sua justificativa evasiva, sem fundamento porque já estava em Jaguariaíva e foi mudado é porque estava em local errado, estava lá na ponta e veio para o meio, atende a todos naquele raio. Aí reforça mais ainda a minha indignação!

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, gostaria de colocar aqui uma questão de ordem. Quando eu disse constrangedor é porque eu jamais teria a intenção de prejudicar qualquer projeto pessoal do Deputado Algaci Tulio. Ele sabe que sempre mantive grande respeito por ele, quando ele esteve na Liderança do Governo eu era seu principal auxiliar como um vice-líder que não era nomeado, pela amizade e admiração que tenho pelo Deputado Algaci Tulio.

Este posicionamento não é pessoal, é sim uma questão político-administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa procederá a votação ao requerimento do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, que requer destaque de discussão e votação para as emendas nº 2 e nº 3.

Em votação o requerimento. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço que V. Exa. anote o voto favorável dos Deputados que integram a Bancada de Oposição mais o Deputado Algaci Tulio, e Pastor Praczyk ao destaque requerido às emendas 2 e 3 em favor da criação do núcleo de Jaguariaíva e, evidentemente, não a transferência de Wenceslau Braz.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa determina que seja anotado em Ata a questão de ordem do Deputado Orlando Pessuti.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Senhores Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo**, com voto contrário da Bancada de Oposição e Deputado Algaci Tulio.

Em votação as emendas, em bloco, conforme deliberação do Plenário.

O SR. PÉRICLES MELLO

Já teci comentários e acho que o método é um método equivocado, isto é planejamento administrativo, existem regras técnicas para isto em todas as localidades, a população, interesse dos professores. Acho que já que a Assembléia tomou esta definição, não sei porque motivo e ela começar a planejar a distribuição especial de núcleos de educação, nada mais justo que realizarmos uma consulta para os principais interessados que são os professores e funcionários das escolas desta região.

Por este motivo entre as outras emendas que vão ser votadas em bloco apresentamos uma emenda colocando uma consulta aos professores e funcionários para que eles decidam se efetivamente querem que o núcleo fique em Jaguariaíva ou fique em Wenceslau Braz.

Em nome deste princípio e planejamento até, é uma questão técnica e também de respeito aos principais interessados é que pedimos o voto favorável às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado o voto favorável do Deputado Péricles. Em votação as emendas, em bloco.

Deputados que aprovam as emendas queiram levantar-se. **Aprovadas as emendas.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Não, rejeitadas as emendas. O nosso posicionamento é contrário às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

É procedente a questão de ordem do Deputado Rossoni. A Mesa é que equivocou-se.

Estão rejeitadas as emendas.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam as emendas queiram levantar-se.

Quinze Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam as emendas queiram levantar-se. Vinte e dois Deputados rejeitam. **Estão rejeitadas as emendas, aprovado o projeto.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, peço que V. Exa. determine o registro favorável às emendas, o voto dos Deputados: Antonio Annibelli, Luiz Carlos Zuk, Divanir Braz Palma, Pastor Edson Praczyk, Cleiton Kielse, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson, Ademir Bier, Nereu Moura, Edgar Bueno, Orlando Pessuti, Péricles Mello e Luciana Rafagnin.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devidamente registrado.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/99, de autoria do Deputado Moysés Leonidas, proíbe o trote nas Instituições de Ensino do Sistema Estadual de Educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E. **Em votação.**

O SR. MOYSÉS LEONIDAS (**Para Encaminhar**)

Atendendo, Senhor Presidente, a solicitação dos Deputados serei bem breve, mas como é a última discussão deste projeto eu queria pedir a compreensão dos companheiros e em especial de alguns Deputados que se interessaram especificamente por esta matéria e dizer que o nosso objetivo era já no início do ano, quando toda aquela polêmica nacional com relação aos trotes na escolas em São Paulo, que culminou com a morte daquele estudante de medicina, e ontem a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou o projeto exatamente *ipsis literis* como nós fizemos aqui. Saímos na frente, lá com um pouco de atraso, até o Deputado pediu a redação que nós tínhamos feito e foi aprovado exatamente como nós estamos fazendo aqui, porque o problema surgiu na carne lá em São Paulo. Só para deixar consignado e registrado aqui que nós não queremos proibir a alegria daquele que conquista e entra na Universidade. Não estamos querendo proibir que se faça uma festa em torno da conquista, já que o vestibular, infelizmente no Brasil, ele é extremamente desgastante, é estressante para a família toda e também para o estudante.

O que estamos querendo aqui é proibir os abusos, os abusos existentes na comemoração, e quero deixar aqui que um dos motivos que nos levaram a entrar com esse projeto, um pai de uma aluna que entrou num curso superior na cidade de Londrina me mandou, nessa época em que estava se discutindo a violência dos trotes

no Brasil inteiro, me mandou um recado e me telefonou, eu falei pessoalmente com ele, que a filha dele entrou numa escola superior de Londrina e foi obrigada, a um constrangimento dos piores que tem, fora esse que chega ao excesso e a morte, a filha dele com 17 anos de idade foi obrigado pelos veteranos a pedir dinheiro num sinaleiro de Londrina só de calcinha e sutiã. Esse constrangimento foi tal que o pai teve que mandar a filha para um psicólogo antes de ingressar e começar o curso superior.

É um constrangimento que atenta contra a intimidade das pessoas, e isso nós temos que acabar. Tanto essa questão da discussão Nacional foi um tema interessante que todas as escolas superiores de São Paulo, a Universidade Estadual de Londrina, a UEL que eu tenho conhecimento, fizeram o seu Regimento Interno, e hoje, já para esse vestibular do mês de janeiro, todos aqueles que estão submentendo ao concurso vestibular na Universidade de Londrina já assinam um termo, como também essa Universidade de São Paulo, se comprometendo a não cometer esses excessos. Então, eu queria e acho que o Paraná sai na frente já junto com São Paulo, para dar uma demonstração em especial de que aquele que conquista, nesta forma nevasta que é o ensino superior no País, que os pais têm que passar pelos constrangimentos e o sofrimento com o próprio aluno, quando ele entra já entra com uma carga de stress muito grande, tendo a comemoração com o excesso principalmente com drogas e bebidas alcoólicas.

Queremos é acabar com o abuso, não que comecemos a conquista da entrada no curso superior, e quando aquele que sai também não consegue manter-se num curso superior, dada a dificuldade que nós temos de arrumar emprego para toda esta juventude que sai para o mercado de trabalho. Queria até dizer que o nosso querido Deputado, posso até lhe ceder um aparte se for possível, apresentou um projeto a nível nacional, e que se tivesse esse projeto sido prosperado fatalmente nós não teríamos esses acontecimentos últimos que nós tivemos a nível de pré-universitários no Brasil. Então, o líder do Governo está me dizendo que se o encaminhamento for muito longo o projeto corre risco de não ser aprovado. Queria aqui dizer que é uma causa própria, até porque a maioria aqui tem filhos em idade de entrar em curso superior e isso seria muito interessante que nós coibíssemos aqui.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, nosso objetivo não é aqui protelar e adiar esse projeto para a sua votação, é só tramitação, uma vez que dada a devida importância do projeto e a sua urgência em ser votado ainda este ano, nós havíamos apresentado uma emenda para que os estudantes das Universidades Estaduais das escolas do ensino superior do Paraná pudessem ter oportunidade

de realizar os seus trotes culturais e benéficientes, evidentemente preservando o objetivo maior do projeto, que é coibir a violência nas Universidades Estaduais. Mas em acordo com o Deputado Moysés Leonidas nós retiramos a emenda para que esse projeto possa ser votado de maneira mais rápida possível, e vamos a partir do ano que vem apresentar algumas modificações, que também iremos conversar com o Deputado Moysés Leônidas e evidentemente atender também os interesses dos diretórios centrais de estudantes do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Em votação. Em discussão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n 378/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pontal do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 378/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, através do Departamento de Transito - DETRAN, a Circunscrição Regional de Trânsito - DIRETRAN no Município de Pontal do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sobre a mesa Requerimento nº 2824, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência anuncia antes do encerramento da Sessão, que logo na seqüência, faremos uma nova Sessão Extraordinária, para votar os projetos com emenda dessa segunda votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 634/99.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 052ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1999

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Luiz Carlos Zuk.

Às dezoito horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Srs. Deputados, antes da votação da Ordem do Dia, essa Presidência deseja ressaltar, para o conhecimento público, que independente de colocações pela imprensa, feitas muitas vezes, de que a Assembléia estivesse discutindo ou retardando votação na CCJ de projetos polêmi-

cos, que necessitavam de discussão, com maior profundidade e alegando essas discussões como pretexto, para convocação extraordinária. Com grande satisfação, essa Presidência irá colocar em votação a última Redação Final, razão pela qual, que um dia de antecedência estamos cumprindo toda a pauta e a Sessão de amanhã será dedicada única e exclusivamente para a leitura do relatório, para a palavra das lideranças e para o encerramento do ano de 99.

Regozijo-me com os Srs. Parlamentares por essa demonstração de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná realmente é uma das melhores Assembléias em ação no nosso País, tanto que estamos fazendo a 6ª ou 7ª Sessão Extraordinária, sem nenhuma remuneração, em razão de termos cumprido já em sessões anteriores as sessões necessárias.

Portanto, parabeno os Srs. Parlamentares. Registro isso, para que se tome conhecimento no Paraná, que a suspeita de que houvesse desejo de Sessão Extraordinária, nada mais era do que a seriedade dos Deputados do Paraná, que discutiram com profundidade as matérias mais polêmicas que vieram a esse poder.

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 634/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a base de cálculo da taxa judiciária e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 634/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ressalvadas as isenções legais, a Taxa Judiciária a que se refere o Decreto Estadual nº 962, de 23 de abril de 1932, será cobrada na seguinte proporção:

a) R\$10,00 (dez reais) nas causas de valor até R\$5.000,00 (cinco mil reais);

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor atribuído à ação, nas causas de R\$5.001,00 (cinco mil e um reais) até o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);

c) nas causas de valor superior a R\$50.001,00 (cinquenta mil e um reais) até R\$100.000,00 (cem mil reais), inicialmente, incide o cálculo da alínea "b" e,

sobre o montante excedente, aplica-se o percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento);

d) nas causas de valor superior a R\$100.001,00 (cem mil e um reais) até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), inicialmente, incide os cálculos das alíneas "b" e "c" e, sobre o montante excedente, aplica-se percentual de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento);

e) nas causas que excederem o valor R\$200.000,00 (duzentos mil reais), inicialmente, incide os cálculo das alíneas "b", "c" e "d" e, sobre o montante excedente, aplica-se o percentual de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento).

Art. 2º - A Taxa Judiciária não excederá a importância de R\$500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º - Quando se tratar de causa de valor inestimável, a taxa judiciária equivalerá ao valor mínimo fixado nesta lei.

Art. 4º - Será procedido o pagamento ou devolução de eventual diferença, no caso de modificação do valor atribuído à causa.

Art. 5º - Fica revogada a Nota 7 da tabela IX - Atos dos Escrivões do Cível, Família e Fazenda constante na Lei nº 11.960, de 19 de dezembro de 1997 e, em consequência, revigorado o disposto no art. 43, da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o art. 13 da Lei nº 6.149/70, e a Lei nº 8.926, de 28 de dezembro de 1998 e as demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.99.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero aproveitar, hoje, que estamos todos nós Deputados aqui e fazer um convite se é a palavra bem colocada, para que amanhã todos nós estivéssemos aqui, para encerrarmos o ano legislativo, Vossa Excelência já fez o convite, mas quero aproveitar a presença de todos os parlamentares, para cumprimentar Vossa Excelência pela lisura com que conduziu os trabalhos, na ausência do Presidente Nelson Justus. Conhecemos o seu posicionamento político. Vossa Excelência pertence a outro partido, à oposição e teve uma conduta aqui digna de registro e de respeito de toda a bancada de sustentação ao governo. Quero cumprimentá-lo pela forma com que conduziu esta Casa e dizer-lhe que os homens nós conhecemos na hora que têm o poder. E Vossa Excelência, deu, no decorrer destes dias a demonstração que merece o nosso respeito e o nosso reconhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Muito obrigado.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Acho que amanhã será o nosso dia final, neste ano legislativo, embora isso aconteça amanhã, as homenagens com todos os Srs. Deputados, nós queremos convocar também a Bancada de oposição para que compareça amanhã e para que a gente dê esta demonstração pública de responsabilidade e do compromisso assumido e cumprido.

Parabéns a Vossa Excelência parabéns a toda a Mesa, parabéns a todos os Parlamentares que realmente demonstraram durante este ano, um trabalho que veio de encontro aos interesse da sociedade.

Obrigado a todos e até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Obrigado, Deputado Edgar Bueno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reunião das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Duílio Genari, Orlando Pessuti, Beto Richa e Péricles Mello. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao Secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O Senhor Presidente defere. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 384/99, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 367/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM EMENDAS DA C.C.J. 03) Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. Relator Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO com apresentação de Emenda Substitutiva Geral. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quarto dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reunião das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Duílio Genari, Elio Rusch, Beto Richa e Luiz Fernandes Litro. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao Secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O Senhor Presidente defere. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 362/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Relator Deputado Péricles Mello. Parecer no sentido de transformar em diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda. DEFERIDO. Este Parecer foi lido pelo Senhor Deputado Beto Richa. 02) Projeto de Lei nº 455/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia. Relator Deputado Péricles Mello. Parecer no sentido de transformar em diligência junto a Secretaria de Estado da Fazenda. DEFERIDO. Este Parecer foi lido pelo Senhor Deputado Luiz Fernandes Litro. 03) Projeto de Lei nº 403/99, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Este Parecer foi lido pelo Senhor Duílio Genari. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na sala de reunião das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Senhor Deputado Luiz Accorsi, e contando com a presença dos seguintes Deputados: Fernando Ribas Carli, Serafina Carrilho, Edgar Bueno e Hidekazu Takayama. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos passando-se a Ordem do Dia, 01) Projeto de Lei nº 499/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi e Deputado Edno Guimarães. Recebeu parecer FAVORÁVEL do Deputado Fernando Ribas Carli APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 470/99 de autoria do Deputado Moysés Leônidas. Recebeu parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 543/99 de autoria do Deputado Cezar Silvestre. Recebeu parecer FAVORÁVEL do Deputado Hidekazu Takayama APRO-

VADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a presente reunião.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário